

Análise retórica de narrativas memorialísticas*

*Roberta Aline Sbrana***

Resumo: Este trabalho tem por objetivo mostrar que as narrativas memorialísticas podem ser investigadas por meio da análise retórica, segundo os parâmetros indicados por Chaïm Perelman e outros pesquisadores pertencentes ao movimento de revisão da filosofia aristotélica. Inicialmente serão apresentados autores que valorizam tais narrativas como fontes relevantes no campo da historiografia, para em seguida discutir os problemas existentes na utilização desse tipo de material em pesquisas destinadas dessa área. Assumindo como válida a contribuição das descrições de natureza autobiográfica, serão indicadas as alternativas disponíveis para investigá-las, ainda segundo a literatura especializada. Por fim, considerando tais alternativas, será argumentado que a análise retórica pode ser incluída no rol das metodologias capazes de estudar narrativas memorialísticas.

Palavras-chave: Memória. História (Pesquisa). Retórica. Aristóteles.

Rhetorical analysis of memorialistic narratives

Abstract: This paper aims at demonstrating that memorialistic narratives can be investigated through rhetorical analysis, according to the parameters indicated by Chaïm Perelman and other researchers that belong to the Aristotelian Philosophy revision movement. Initially, authors that value such narratives as relevant sources in the Historiography field will be introduced so as to immediately discuss the issues about the use of this type of material in researches destined to this area. Assuming that the contributions of autobiographical nature are valid, available alternatives to investigate them will be indicated according to specialized literature. Finally, considering such alternatives, one will argue that rhetorical analysis can be included in the range of methodologies capable of studying memorialist.

* A pesquisa que originou este trabalho foi subvencionada pela FAPESP.

** Mestre em Educação pela Universidade de São Paulo (USP). Doutoranda em Educação pela Universidade Estadual Paulista (UNESP) “Júlio de Mesquita Filho”, bolsista FAPESP. *E-mail:* robertaasbrana@gmail.com

Keywords: Memory. History (Research). Rhetoric. Aristotle.

Análisis retórico de las narrativas memorialísticas

Resumen: Este trabajo tiene como objetivo mostrar que las narrativas memorialísticas pueden ser investigadas mediante el análisis retórico de acuerdo con los parámetros indicados por Chaïm Perelman y otros investigadores que hacen parte del movimiento de revisión de la filosofía de Aristóteles. Inicialmente se presentarán autores que valoran estas historias como fuentes relevantes en el campo de la historiografía, para en continuación analizar los problemas existentes en el uso de dicho material en la investigación de esta área. Suponiendo como válida la contribución de las descripciones de la naturaleza autobiográfica, se indicarán las alternativas disponibles para investigar las según la literatura especializada. Por último, teniendo en cuenta estas alternativas se argumentará que el análisis retórico puede ser incluido en la lista de metodologías que permitan estudiar las narrativas memorialísticas.

Palabras clave: Memoria. Historia (Pesquisa). Retórica. Aristóteles.

Introdução

Uma das metas do Grupo de Pesquisa *Retórica e Argumentação na Pedagogia* (USP/CNPq) consiste em produzir desenvolvimentos teóricos para ampliar o alcance da retórica como metodologia dedicada ao exame de discursos pertencentes ao campo da educação. Este trabalho visa contribuir para a consecução dessa meta, procurando mostrar que a análise retórica pode ser uma alternativa viável para o estudo de narrativas memorialísticas, autobiografias ou memórias, forma discursiva muito comum em diversos setores de atividade.

Por meio de revisão da bibliografia referente ao uso dessa forma de discurso na pesquisa historiográfica, a primeira parte deste trabalho apresentará autores que defendem a sua validade. A segunda discutirá os problemas identificados nesse mesmo campo, bem como as soluções

propostas pelos especialistas para evitá-los ou minimizá-los. Com base em tais soluções, a terceira parte discorrerá sobre as características que fazem da análise retórica uma abordagem teórica e metodológica potencialmente válida para o exame das referidas narrativas.

A relevância das narrativas memorialísticas

A utilização de memórias individuais e coletivas, orais ou escritas, como fontes em pesquisas historiográficas, ganhou credibilidade no cenário internacional durante o século XX, com o gradual reconhecimento da história oral como campo de investigação propício para desvendar o passado. A história oral firmou-se como “movimento e prática” nas décadas de 1960 e 1970, tendo como um de seus pilares os debates concernentes ao vínculo entre memória e história, cuja relevância tem sido crescente entre os pesquisadores, em especial entre os historiadores (THOMSON; FRISCH; HAMILTON, 2006, p. 66). No Brasil, tais debates começaram nos anos de 1970, alcançando notável adesão na década de 1990 (AMADO; FERREIRA, 2006).

Levi (2006, p. 170-171) analisa que no final do século XVIII chegou-se a duvidar do valor das autobiografias, o que foi ocasionado pela avaliação de que “personagem social” e “percepção de si” são elementos totalmente dissociados. Naquela época, no entanto, já havia defensores do discurso memorialístico, como Jean-Jacques Rousseau, por exemplo, que acreditava na possibilidade de “narrar a vida de um homem” de maneira “totalmente verídica”. Ao escrever sua autobiografia, Rousseau constatou não a impossibilidade de contar sua própria história, mas a de fazê-lo sem deformação ou alteração (LEVI, 2006, p. 172).

Sobre a valorização de biografias e autobiografias ao longo da História, Levi (2006, p. 167) afirma que os dias de hoje constituem uma “fase intermediária”, pois esse tipo de obra encontra-se no “centro das preocupações dos historiadores”, sem que se possa, no entanto, afastá-las totalmente de ambiguidades. Para Momigliano (1974 *apud* LEVI, 2006,

p. 167), tais ambiguidades são fecundas, fazendo da biografia uma poderosa ferramenta de pesquisa;¹ trata-se de um instrumento aberto a “todo tipo de problemas dentro de fronteiras bem definidas” (MOMIGLIANO, 1984 *apud* LEVI, 2006, p. 167-168)².

Para alguns autores, as narrativas memorialísticas representam importante contribuição para a pesquisa historiográfica, porque a memória, como afirma Le Goff (2003, p. 419), possibilita “conservar certas informações”, constituindo um “conjunto de funções psíquicas” que permite ao homem “atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas”. Le Goff (2003, p. 471) ressalta que na memória “cresce a história, que por sua vez a alimenta”; a memória busca “salvar o passado para servir ao presente e ao futuro”. Para Levi (2006, p. 168), tais narrativas constituem um “canal privilegiado através do qual os questionamentos e as técnicas peculiares da literatura se transmitem à historiografia”.

Nunes (2011, p. 73) acrescenta que a utilização de biografias e autobiografias na pesquisa historiográfica é essencial para romper a tendência ao “excesso de coerência” que se nota no discurso histórico, permitindo indagar não somente o passado, mas, primordialmente, “todas as outras possibilidades perdidas”, a exemplo daquelas que não se realizaram como futuro. A atenção dos pesquisadores à “dimensão coletiva da experiência histórica” e a sua “reflexão sobre os destinos individuais” fazem parte de um movimento que pretende contrapor-se à “insatisfação com os conceitos totalizantes” que reduzem “as ações humanas a subprodutos das forças produtivas e culturais” (NUNES, 2011, p. 67).

Na avaliação de Loriga (1998, p. 248), biografias e autobiografias possuem “valor democrático”, pois a sua intenção mais profunda é “refletir sobre tudo o que a generalização” histórica não alcança. Albert (1993 *apud* SOUSA, 1998, p. 31) destaca que a obra autobiográfica pertence a

¹ MOMIGLIANO, 1974.

² MOMIGLIANO, 1984.

“um conjunto diversificado de produções sobre si”, sendo uma das “mais nobres modalidades da escritura identitária”, uma vez que constitui um ato de autorrevelação, um “recurso privilegiado de tomada de consciência de si mesmo” que viabiliza um nível de “elaboração lógica e de flexibilidade” que ultrapassa a potencialidade da expressão oral³. As narrativas memorialísticas representam uma “extensão da pessoa” que se revela tanto para si mesma quanto para os outros (SOUSA, 1998, p. 58).

Tomando por base as ideias de Boaventura Santos, Delgado (2010, p. 62) acrescenta que a memória, “fonte para expressão de etnicidades, línguas, particularismos, racismos, sexismos e processos culturais”, exprime a “multiculturalidade” que é “inerente à organização humana em sociedade”; sua recuperação altera positivamente a “potencialidade de autoconhecimento no conjunto de organizações sociais pluralistas”. Sendo assim, as pesquisas que utilizam a memória como matéria-prima contribuem para a “relativização das interpretações” que visam “sobrevvalorizar as totalidades em detrimento das especificidades e dos particularismos”. Ao exprimirem a “diversidade narrativa e representativa”, tais pesquisas podem atuar como “suportes para a construção da justa memória”, capacitando o pesquisador a fugir da “hegemonia de uma visão de passado utilitário e das amnésias impostas” que impedem a incorporação de diferenças.

Para Delgado (2010, p. 43), o valor das narrativas memorialísticas reside tanto na possibilidade de “preservação” quanto de “transmissão de heranças identitárias e tradições”. Essas narrativas são relevantes para a historiografia como “estilo de transmissão, de geração para geração, das experiências mais simples da vida cotidiana” e dos “grandes eventos” da história humana; pertencem à “arte de contar”, isto é, “traduzir em palavras os registros da memória” e da “consciência da memória no tempo”. A “natureza dinâmica” desse “gênero específico do discurso” o torna integrante da cultura de diversas comunidades, englobando suas “dimensões materiais, sociais, simbólicas e imaginárias”.

³ ALBERT, 1993.

Segundo Khoury (2000, p. 131), as narrativas memorialísticas são “plenas de dimensão temporal”; sua principal fonte é a experiência, pois em suas narrativas as pessoas sempre se remetem ao passado por meio de “imagens” imbricadas na “consciência de si mesmas, ou daquilo que elas próprias aspiram ser na realidade social”. Delgado (2010, p. 43) ressalta que tais narrativas trazem a “potencialidade de fazer viajar o ouvinte através da viagem narrada”, apresentando um “potencial inesgotável” por se constituírem como “fontes para construção do conhecimento histórico”; por esse motivo, trabalhar com memórias é “caminhar por um terreno fértil”. É essencial, no entanto, que o pesquisador tenha “sensibilidade, criatividade, e ética”, além de “conhecimento histórico consistente sobre o tema”, pois se trata de um caminho naturalmente “escorregadio” (DELGADO, 2010, p. 64).

Delgado (2010, p. 44) considera ainda que as narrativas memorialísticas são “traduções dos registros das experiências retidas”, possuindo “a força da tradição” e expondo “o poder das transformações”. Assim, “narrativas, sujeitos, memórias, histórias e identidades” são a “humanidade em movimento, olhares que permeiam tempos heterogêneos”, a “história em construção” a partir de “memórias que falam”. A História e a narrativa, bem como a História e a memória, alimentam-se mutuamente. É impossível oferecer uma definição acabada de memória, sendo incontáveis as tentativas de fazê-lo; cada autor utiliza a que mais condiz com seus pressupostos (DELGADO, 2010, p. 37).

Pinto (1998, p. 307) conceitua memória como “lugar do refúgio, meio história, meio ficção”, um “universo marginal que permite a manifestação continuamente atualizada do passado”. Chauí (1995, p. 125) entende memória como “evocação do passado”, como a “capacidade humana de reter e guardar o tempo que se foi, salvando-o da perda total”; memória é também uma “forma de conhecimento e experiência”, desenhando um “caminho possível para que sujeitos percorram os tempos de sua vida”. Ferreira (2000, p. 111), por sua vez, sustenta que memória é “a construção do passado pautada por emoções e vivências”, sendo,

portanto, “flexível”; os “eventos são lembrados à luz da experiência subsequente”, bem como das “necessidades do presente”.

Diante dessa multiplicidade conceitual, Delgado (2010, p. 38) defende que a memória é a “base construtora de identidades e solidificadora de consciências individuais e coletivas”, não apenas o “ato de recordar”, pois evidencia “os fundamentos da existência, fazendo com que a experiência existencial” seja integrada ao “cotidiano, fornecendo-lhe significado” e impedindo que “a humanidade perca raízes, lastros e identidades”. Ligada à vida por meio da linguagem, a narrativa viabiliza que a memória apresente “uma de suas mais ricas expressões”. Para Ricouer (1997, p. 379 – 380, grifos do autor), essa linguagem é a “grande instituição *que contém as coisas já ditas, ouvidas e recebidas*”.

Delgado (2010) também ressalta que “conhecer o passado é uma façanha tão extraordinária quanto alcançar o infinito”, ou “contar estrelas”, uma vez que esse conhecimento, “mesmo quando bem documentado”, pode ser “fugidio e amplo”, devido à sua “extraordinária dimensão e variedade de situações”. A busca pela recomposição integral do passado é uma operação cheia de dificuldades, mas possível de ser enfrentada por meio de variados documentos e diversas fontes, conjunto do qual fazem parte os “objetos biográficos”. Essa é tarefa da História e da memória, considerando que a sua maior contribuição é “evitar que o ser humano perca referências fundamentais à construção de identidades coletivas”, as quais, embora estejam “sempre em curso”, são “esteios fundamentais” para o “autoconhecimento do homem como sujeito de sua história” (DELGADO, 2010, p. 36). Mesmo passíveis de distinção, história e memória participam de uma “substância comum”, pois constituem “antídotos do esquecimento, fontes da imortalidade” (DELGADO, 2010, p. 42).

Alberti (2004, p. 33) entende que “conceber o passado não é apenas selá-lo sob determinado significado”; não é somente elaborar uma interpretação, mas também “negociar e disputar significados e desencadear ações” presentes na memória dos sujeitos que vivenciaram fatos e processos já ocorridos. As narrativas memorialísticas trazem dados

e informações que não podem ser acessados por outros métodos de investigação, mas, ao lidar com processos mnemônicos, o historiador precisa ter consciência de que adentra um território que é propriedade de determinado autor, uma vez que a memória é um “elemento essencial do que se costuma chamar *identidade*, individual ou coletiva”; compreender a memória é uma das “atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje, na febre e na angústia” (LE GOFF, 2003, p. 469, grifos do autor).

Delgado (2010, p. 16) analisa que a memória é um “cabedal infinito” em que “múltiplas variáveis – temporais, topográficas, individuais, coletivas – dialogam entre si, muitas vezes revelando lembranças”, as quais, em certas ocasiões, surgem de modo explícito, ao passo que, em outras, aparecem veladamente, podendo até mesmo ser “ocultadas” por uma “camada protetora que o próprio ser humano cria” ao acreditar, “inconscientemente, que assim está se protegendo das dores, dos traumas e das emoções que marcaram sua vida”. O “tempo da memória” vai além do “tempo da vida individual”, encontrando-se com o “tempo da História”, pois consiste em um amálgama de “lembranças de família, músicas, filmes, tradições, histórias escutadas e registradas”. A “memória ativa” é um “recurso importante para transmissão de experiências consolidadas ao longo de diferentes temporalidades” (DELGADO, 2010, p. 17). A memória coletiva e a memória individual estão sempre associadas e são dotadas de poder, tanto o poder de esquecer quanto o de lembrar, o poder de omitir e o poder de silenciar (DELGADO, 2010, p. 31).

Há autores que, ao caracterizarem a História como “produção intelectual do saber”, acreditam que nesse campo opere um “processo cognitivo” capaz de destruir a “memória espontânea” (DELGADO, 2010, p. 70). Outros, como Guarinello (1994, p. 192), entendem que a contraposição entre memória e história é falsa, pois “a história enriquece as representações possíveis da memória coletiva”. História e memória são “processos diferentes, mas não opostos”, podendo ser vistos como “estimuladores recíprocos” que colaboram para que o ser

humano, ao identificar-se como “sujeito construtor da História”, reconheça a si mesmo como “construtor de seu presente e de seu futuro” (DELGADO, 2010, p. 70).

Delgado (2010, p. 37) também afirma que “tempo e espaço têm na memória sua salvação”, pois sozinhos tais preceitos promovem confusões no que concerne ao “resgate das lembranças”; o “entrelaçamento com a memória” os transforma em verdadeiros “esteios das identidades, suportes do ser no mundo”. Poulet (1992, p. 54-55) endossa essa tese ao destacar que, por obra da memória, “o tempo não está perdido, e se não está perdido, também o espaço não está”. Assim, “ao lado do tempo reencontrado está o espaço reencontrado”, ou, mais precisamente, “um espaço, enfim reencontrado, que se encontra e se descobre” graças ao “movimento desencadeado pela lembrança”.

Alberti (2004, p. 40) sustenta que, ao estudar o passado e o presente, o pesquisador tem a meta de ultrapassar a “simples história do acontecimento”, preocupando-se igualmente com a “história da memória desse acontecimento”, uma vez que, segundo Frank (1992 *apud* ALBERTI, 2004, p. 40 – grifo do autor), “o acontecimento do passado dito ‘objetivo’ não basta para explicar o presente”, fazendo-se necessário “acrescentar-lhe o conhecimento da percepção presente do passado”, e esse “presente do passado” é a própria memória⁴. O estudo da memória, portanto, facilita a compreensão da identidade que a memória visa estruturar. Essa visão reafirma a ideia de que a memória “é também um *fato*” e, como tal, pode ser “objetivamente estudado”.

Segundo Thomson, Frisch e Hamilton (2006, p. 74), a utilização corriqueira de documentos memorialísticos em estudos historiográficos revela um esforço para resgatar a experiência e a opinião de indivíduos que “normalmente permanecem invisíveis na documentação histórica convencional”, buscando ver essas fontes como evidências. Essa iniciativa revela a intenção de fazer a história “de baixo para

⁴ FRANK, 1992.

cima”, destacando um “ângulo diferente de visão”, mediante o uso de uma “noção mais ampla do próprio processo de reconceber perguntas e respostas históricas”.

Para François (2006, p. 4), o trabalho pautado na história oral e, conseqüentemente, em fontes historiográficas alternativas, como são as memórias, tem o intuito de “dar atenção especial ‘aos dominados’, aos silenciados e aos excluídos da história”, assim como “à história do cotidiano e da vida privada, à história local e enraizada”, firmando assim uma concepção de caráter inovador perante a abordagem convencional, em que tais questões são normalmente relegadas à margem.

Thomson, Frisch e Hamilton (2006, p. 77) acrescentam que alguns historiadores vão além de meramente “incorporar a memória à sua coleção de ferramentas, fontes, métodos e abordagens”, preferindo situá-la no rol de “alternativas e resistências vernaculares ao poder estabelecido”, como “objeto de manipulação ideológica hegemônica por parte das estruturas de poder cultural e político”; assim, a memória é, em “todas as suas formas e dimensões”, uma verdadeira “dimensão da história”, uma “história própria que pode ser estudada e explorada”. O desenvolvimento da “história formal” está intrinsecamente ligado aos “processos da memória”, pois a memória é uma “conexão viva entre o passado celebrado, o presente conturbado e um futuro” que demanda “complexas escolhas políticas em todos os níveis”, desde, o “individual e familiar” até o “comunitário, estadual e nacional” (THOMSON; FRISCH; HAMILTON, 2006, p. 80).

Benjamin (1994, p. 210) avalia que a memória é a “mais épica de todas as faculdades”, constituindo um “elo temporal dotado de poder, informação e representação”. Para Grossi e Ferreira (2001, p. 31), a memória está “imbuída” de uma “vastidão de possibilidades”, sendo, por isso mesmo, “infinitamente rica em suas manifestações”; trata-se de um “instrumento valioso para a construção de narrativas, que registram modos de frequentar o mundo”.

Controvérsias acerca da narrativa memorialística

Mesmo considerando as inegáveis contribuições das memórias à pesquisa historiográfica, alguns autores apresentam objeções ao uso desse tipo de fonte no desenvolvimento de investigações dedicadas a esclarecer o passado, tendo em vista que as informações e os dados assim obtidos exprimem traços marcantes de subjetividade, sendo, em última instância, a expressão do ponto de vista de um narrador que, em boa parte dos casos, tem ou teve compromisso com os fatos descritos. Sobre essa questão, Le Goff (2003, p. 29) afirma que a história é “não só a projeção que o homem faz do presente no passado, mas a projeção da parte mais imaginária do seu presente”; é “a projeção no passado do futuro que ele escolheu”, resultando assim em “uma história-desejo às avessas”.

Bourdieu (2006, p. 184-185), por sua vez, assinala que o “relato autobiográfico se baseia sempre, ou pelo menos em parte, na preocupação de dar sentido, de tornar razoável”, como também na necessidade de “extrair uma lógica ao mesmo tempo retrospectiva e prospectiva, uma consistência e uma constância”, e assim estabelecer “relações inteligíveis, como a do efeito à causa eficiente ou final, entre os estados sucessivos”, os quais são “constituídos em etapas de um desenvolvimento necessário”. As narrativas memorialísticas contêm uma inclinação do autor a ser “o ideólogo de sua própria vida”, elegendo, “em função de uma intenção global, certos acontecimentos significativos e estabelecendo entre eles conexões para lhes dar coerência”.

Bourdieu (2006, p. 185) ressalta ainda que produzir uma “história de vida, tratar a vida como uma história”, como se fosse “o relato coerente de uma sequência de acontecimentos com significado e direção, talvez seja conformar-se com uma ilusão retórica”, ou seja, “uma representação comum da existência que toda uma tradição literária não deixou e não deixa de reforçar”. Segundo Robbe-Grillet (1984 *apud* LEVI, 2006, p. 185), não é viável conceber a trajetória de vida como algo linear, pois o “real é descontínuo, formado de elementos justapostos sem razão”,

sendo “todos eles únicos e tanto mais difíceis de serem apreendidos” na medida em que “surgem de modo incessantemente imprevisito, fora de propósito, aleatório”⁵.

Thomson, Frisch e Hamilton (2006, p. 66) acrescentam que, para os “historiadores documentalistas tradicionais” da década de 1970, a memória não era considerada “confiável” como fonte histórica, pois se apresenta sempre “distorcida pela deterioração física e pela nostalgia da velhice”, bem como pela “influência de versões coletivas e retrospectivas do passado”. Levi (2006, p. 173) assinala que ainda hoje as biografias e autobiografias são motivo de intensa discussão quanto às suas possibilidades e impossibilidades. Evidenciando os problemas presentes nesse tipo de obra, alguns historiadores afirmam que seu principal entrave é constituído pela complexidade e subjetividade inerentes à identidade, conceito marcado por contradições concernentes ao fato de a sua formação ser “progressiva”, nunca “linear”; a pessoa que narra tem inegáveis dificuldades com a definição de sua própria individualidade.

Uma solução aventada para os problemas aqui indicados seria confrontar a narrativa autobiográfica com outros documentos de igual valor histórico, medida que, no entanto, significaria simplesmente interpor uma narrativa à outra, sem a garantia de que a nova fonte, chamada para confirmar ou infirmar a memória, não seja igualmente marcada pela subjetividade de quem narra. Nessa vertente de pensamento, considera-se que a verdade histórica é sempre uma versão de fatos, pois as “estruturas de poder de uma sociedade”, incluindo “o poder das categorias sociais e dos grupos dominantes”, deixam “testemunhos suscetíveis de orientar a história num ou noutro sentido”, e assim acabam por influenciar a construção de quaisquer documentos (LE GOFF, 2003, p. 110).

Segundo Delgado (2010, p. 56), a “construção de representações sobre o passado, que é imutável, mas que pode ser ressignificado”, nada mais é do que uma “articulação, quase sempre marcada por disputas e por tensões”,

⁵ ROBBE-GRILET, 1984.

e assim a memória e o conhecimento histórico podem ser colocados a serviço de “diferentes senhores”; por isso, “não há neutralidade em qualquer forma de abordagem do passado”. Chesneaux (1995, p. 24) analisa que os sujeitos escolhem seu passado e a opção está longe de ser “inocente”. Assim, a atitude de investigar o passado constitui um “procedimento ativo” importante para o “reconhecimento dos interesses convergentes ou divergentes, que integram a vida humana em constante movimento, em permanente construção histórica” (DELGADO, 2010, p. 56).

Seguindo esses raciocínios críticos, pode-se concluir que não há meios inquestionáveis para julgar a veracidade das memórias, mas é possível tentar compreender as narrativas memorialísticas por intermédio da elucidação do contexto em que são produzidas e publicadas. Bourdieu (2006, p. 190) entende que não é possível examinar uma trajetória de vida sem a construção prévia dos “estados sucessivos” em que ela se desenvolveu. O pesquisador deve se ocupar com “o conjunto de relações objetivas que uniram o agente considerado ao conjunto dos outros agentes envolvidos no mesmo campo e confrontados com o mesmo espaço dos possíveis”. Bourdieu acrescenta que a referida elaboração prévia do contexto diz respeito ao “conjunto das posições simultaneamente ocupadas” em determinado momento por uma “individualidade biológica e socialmente instituída”, a qual oferece sustentação a um “conjunto de atributos e atribuições” que permitem ao agente intervir, como tal, em diversos campos.

Nessa mesma linha de pensamento, Levi (2006, p. 176) ressalta que a utilização de biografias e autobiografias como pano de fundo para trabalhos de pesquisa assenta-se na “hipótese implícita” de que “qualquer que seja a sua originalidade aparente, uma vida não pode ser compreendida unicamente através de seus desvios ou singularidades”, fazendo-se relevante, portanto, evidenciar que “cada desvio aparente em relação às normas ocorre em um contexto histórico que o justifica”. Dentro dessa abordagem, o pesquisador consegue “manter o equilíbrio entre a especificidade da trajetória individual e o sistema social como um todo”.

Ao focalizar o contexto concernente a obras biográficas e autobiográficas, é preciso ter cautela para que o resultado da investigação não se estabeleça com rigidez, servindo de mero “pano de fundo imóvel” para explicar as obras que são objetos da pesquisa, como ocorre rotineiramente. Quando não se toma esse cuidado, as “trajetórias individuais” aparecem como que “arraigadas em um contexto”, sem agir sobre ele e sem modificá-lo (LEVI, 2006, p. 176). Segundo Levi (LEVI, 2006, p. 169), associa-se, nessa abordagem equivocada, “uma cronologia ordenada, uma personalidade coerente e estável, ações sem inércia e decisões sem incertezas”, de tal maneira que os “atores históricos” acabam obedecendo a um “modelo de racionalidade anacrônico e limitado”.

Delgado (2010, p. 16) também destaca que o processo da memória contém tanto a “dimensão do tempo individual”, que abarca a “vida privada e o roteiro biográfico”, quanto a “dimensão do tempo coletivo”, composta pelos âmbitos “social, nacional e internacional”. Assim, os “sinais exteriores são referências e estímulos para o afloramento de lembranças e recordações individuais”, os quais “constituem o ato de rememorar”, que, por sua vez, tem estreita relação com os “quadros sociais da memória”. Para Maia e Arruda (2003, p. 21), a memória cruza “o particular e o global”, as instâncias individuais e as coletivas, “a intimidade e a história”.

Bourdieu (2006, p. 189) afirma que a intenção de entender “uma vida como uma série única e por si suficiente de acontecimentos sucessivos”, sem vínculo com nenhum outro elemento que não seja o indivíduo, é tão absurda quanto tentar explicar um trajeto de metrô sem associá-lo à rede à qual pertence, sem enxergar a sua integração com as estações que o cercam. Sendo assim, as ocorrências biográficas devem ser definidas em termos de “colocações e deslocamentos no espaço social”, sempre de acordo com os diversos “estados sucessivos” que compõem “a estrutura de distribuição das diferentes espécies de capital que estão em jogo no campo considerado” (BOURDIEU, 2006, p. 190).

Segundo Nunes (2011, p. 70), a concepção de Bourdieu acerca de biografias e autobiografias permite operar não somente com as experiências individuais, mas também com a “experiência social” do biografado, levando em conta as “determinações ligadas ao campo” a que pertencem tais experiências. Esse campo é constituído por “uma rede de relações objetivas entre posições”, englobando “relações de dominação, subordinação, complementaridade” e, mesmo, “antagonismo”, sendo cada posição definida sempre na “relação objetiva com outras”. É por esse motivo que, segundo Nunes, Bourdieu defende que “uma caracterização do campo é condição prévia para a construção das trajetórias sociais”.

Nunes (2011, p. 71-72) salienta ainda que a narrativa de uma vida precisa ser entendida como “estrutura comunicativa, plural, ambígua, inacabada, aberta a múltiplos sentidos”, para que o pesquisador não caia na “armadilha” corriqueira do “fechamento da compreensão biográfica”. Ao lidar com documentos biográficos e autobiográficos, é preciso estabelecer relações com os sujeitos estudados, o que se faz pela “mediação de objetos” que são os próprios textos por eles escritos. Contudo, deter-se inteiramente nesses textos pode conduzir à absolutização da mediação e à perda de sua historicidade, deixando em segundo plano a “historicidade da leitura”. O pesquisador precisa ter em mente que o “sentido” de um texto é constituído por relações de forças que envolvem o “lugar social” tanto de quem o escreveu quanto de quem o lê.

Seguindo Bourdieu, Nunes (2011, p. 72) também considera que, no trabalho com biografias e autobiografias, é importante “ampliar as fronteiras do já conhecido”, incluindo em tais relatos “as incoerências, as censuras, os caminhos escolhidos”, bem como os “abandonados, as possibilidades recusadas, os fracassos e as dúvidas, as avaliações incorretas do campo e de suas relações de força, as disputas veladas ou explícitas”. Sobre esse tema, Delgado (2010, p. 15) diz que o “passado espelhado no presente reproduz, através de narrativas, a dinâmica da vida pessoal”, a qual mantém “conexão com processos coletivos”. Por esse motivo, reconstituir essa dinâmica concorre para reconstituir o passado,

de acordo com os preceitos de cada autor, o que envolve considerar “ênfases, lapsos, esquecimentos e omissões”.

Utilizando os preceitos defendidos por Paul Veyne, Nunes (2011, p. 72) destaca que o pesquisador que trabalha com narrativas biográficas e autobiográficas precisa estar atento “à objetividade das práticas subjetivas e à possibilidade de elaborar certas constantes, que podem ser historicizadas”. Le Goff (2003, p. 110) entende que “todo documento é um monumento” a ser “analisado, desestruturado, desmontado”, pois “nenhum documento é inocente”. Sejam “documentos conscientes ou inconscientes (traços deixados pelos homens sem a mínima intenção de legar um testemunho à posteridade)”, os condicionantes da produção do documento devem ser estudados “minuciosamente”. Os documentos só se tornam fontes históricas depois de serem submetidos a “tratamentos destinados a transformar sua função de mentira em confissão de verdade”.

A retórica como alternativa metodológica

A partir das considerações feitas acima, concernentes aos aspectos positivos e problemáticos da narrativa memorialística, como também às alternativas apresentadas pelos autores examinados, podemos formular as seguintes conclusões: as memórias são documentos construídos por um autor que, em determinado momento da história, elabora uma narrativa sobre o passado, buscando manter coerência e conferir significado a fatos pretéritos; o intuito do memorialista consiste em apresentar a si mesmo, bem como os eventos narrados, perante determinado conjunto de leitores; mesmo adotando um estilo documental isento de valorações de natureza pessoal, o memorialista permeia sua narrativa com elementos subjetivos, próprios de quem tomou parte nos acontecimentos relatados; por isso, é imprescindível situar os relatos memorialísticos no contexto em que são produzidos e tornados públicos, considerando as circunstâncias que cercam o autor e também os leitores a quem a narrativa se destina.

Mediante essas considerações, entendemos ser necessário valorizar as memórias como fontes historiográficas e, ao mesmo tempo, encontrar recursos de investigação que contemplem a possibilidade de compreendê-las em seu contexto de produção e veiculação. Acreditamos que a *análise retórica*, tal qual adotada e desenvolvida pelo Grupo de Pesquisa *Retórica e Argumentação na Pedagogia*, possui instrumentos teóricos e metodológicos adequados a essas finalidades, uma vez que tal método abrange o estudo dos qualificativos (*ethos*) do autor – que na retórica é denominado *orador* – envolvendo o contexto de enunciação e exposição do discurso; o discurso (*logos*), propriamente dito, que são as articulações lógicas e argumentativas empregadas no texto; e as disposições (*pathos*) intelectuais e emocionais dos leitores – que na retórica recebe o nome de *auditório* – a que orador se dirige.

A *análise retórica* não pretende emitir juízos valorativos sobre nenhum desses elementos, mas desvendar as estratégias argumentativas utilizadas pelo autor/orador na argumentação que desenvolve com o intuito de persuadir seus leitores/auditório e, assim, desencadear ações voltadas a manter ou a transformar determinada situação. A retórica concebe as fontes historiográficas como “títulos de provas”, contrariando os preceitos irracionistas e as críticas positivistas de que a historiografia, assim como a retórica, tem o intuito exclusivo de convencer, sendo sua única meta a eficácia, não a verdade (GINZBURG, 2002, p. 48). Ginzburg (2002, p. 61) ressalta que o principal objetivo de toda pessoa dedicada à pesquisa, o que inclui os historiadores, é descobrir a verdade; por essa razão, em vez de serem “incompatíveis” com a retórica, as fontes historiográficas compõem o seu “núcleo fundamental” (GINZBURG, 2002, p. 63).

Ginzburg tece tais considerações à luz da filosofia de Aristóteles, que qualifica a retórica como “atividade que produz discursos persuasivos (*pisteis*)” (CUNHA, 2007, p. 75); trata-se de uma “metodologia da persuasão”, uma “arte que analisa e define os procedimentos” utilizados pelo ser humano na busca por convencer seus semelhantes (REALE, 2002, p. 472). Para Berti (1998, p. 172-173), a retórica é um método voltado

para “apreender o verdadeiro”, baseando-se em “premissas conhecidas e compartilhadas”, tanto por um interlocutor quanto por um auditório em determinadas situações.

A escolha da *análise retórica* como ferramenta de análise de discursos que veiculam proposições político-pedagógicas justifica-se por sua adequação a áreas que se encontram “abertas à deliberação e à discussão”, como são as ciências humanas, em geral, e a pedagogia, em particular (CUNHA, 2010, p. 3). A metodologia retórica não pretende solucionar os embates teóricos e ideológicos que se fazem presentes nas ciências que compõem a pedagogia, mas apresentar elementos que favoreçam o diálogo entre as inúmeras abordagens dedicadas ao universo educacional (CUNHA, 2010, p. 11).

Além das obras de Aristóteles, a *análise retórica* possui como fundamento os preceitos elaborados por autores vinculados ao movimento de revisão do pensamento aristoteleciano que teve início no século XX, com destaque para Chaïm Perelman, cujas ideias deram origem ao *Tratado da argumentação* (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005), e Stephen Toulmin, cujas contribuições encontram-se principalmente no livro *Os usos do argumento* (TOULMIN, 2001).

Perelman e Olbrechts-Tyteca apresentam a “nova retórica”, na qual recuperam os preceitos expostos por Aristóteles acerca da dialética, tida como a “arte de raciocinar a partir de opiniões aceitas em geral”, e os associam à teoria da argumentação. Ao contrário da retórica clássica, que privilegia a argumentação oral, a nova retórica focaliza textos impressos, a fim de compreender as estruturas do pensamento e da argumentação. Adota-se o pressuposto de que todo discurso é destinado a um auditório, inclusive o discurso escrito; devido à inexistência material de leitores, o escritor tende a acreditar que trabalha solitariamente em seu ofício, mas a elaboração do texto é sempre norteadada, mesmo que inconscientemente, pela imagem de supostos leitores, uma vez que o discurso é sempre construído com vistas a uma audiência (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 7).

A metodologia retórica segue o pressuposto de que um texto, quando remetido à publicação, tem a função de viabilizar o diálogo do autor com seus eventuais leitores, o que o caracteriza como uma “peça de discurso”, ou seja, um “conjunto de enunciados que constituem significados numa relação de interlocução”, considerando uma audiência a ser mobilizada (CUNHA, 2005, p. 195). Cunha (2010, p. 3) afirma que o diálogo do autor com seus leitores, tendo em vista a persuasão, é o objetivo de todo discurso impresso, independentemente do gênero – científico, filosófico, didático etc. – e do conteúdo da mensagem.

O exame de um texto por intermédio dessa metodologia privilegia o estudo do autor/orador e suas relações com os leitores/auditório, buscando revelar as circunstâncias históricas que envolvem esses dois elementos, o que denominamos *contexto*, ou seja, o “conjunto de condições concretas que une autor e leitores num vasto campo de ideias, experiências e condutas existentes no cenário da produção material e cultural da sociedade”. É por meio desse estudo que se pode atribuir “sentido e veracidade” à análise do discurso (CUNHA, 2010, p. 16).

A análise de discursos por meio dessa abordagem investigativa tem o intuito de contribuir para que os leitores compreendam as estratégias discursivas a que são submetidos, o que, por sua vez, pode levar a posicionamentos mais esclarecidos acerca das ações a que tais leitores são chamados a praticar, sob a influência das teses contidas no texto. Segundo Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005, p. 361-362), todo orador, ao relacionar-se com seu auditório, busca inspirar credibilidade, requisito necessário para que seu discurso seja valorizado. As informações biográficas que acompanham um texto cumprem essa função, oferecendo uma imagem, uma impressão – positiva, normalmente – sobre quem discursa.

As autobiografias constituem uma forma extremada de buscar a adesão e a conseqüente mobilização da audiência por intermédio de elementos subjetivos, uma vez que veiculam uma “visão especial” de fatos ocorridos em determinado momento histórico, elaborados do ponto de vista único de uma pessoa (HÜTTENBERGER 1992 *apud* ALBERTI,

2004, p. 34)⁶. Aquele que conta a sua própria história edifica não só uma imagem de si mesmo, mas também, agregado na mesma narrativa, um juízo acerca dos fatos que vivenciou, dos atos que praticou e das ideias que defendeu.

Para Aristóteles (*Retórica I*, 1356a5), a confiança depositada no orador deve advir não de uma ideia prévia sobre o seu caráter, mas do próprio discurso, que deve expor o que é ou parece ser verdadeiro, tendo como alicerce o que pode ser persuasivo em cada situação particular. Entretanto, o filósofo admite que, embora a integridade do que é dito seja importante, o caráter daquele que discursa é também um meio de persuasão; dar a impressão de ser digno de confiança, portanto, não é algo que se possa desprezar, quando a meta se pretende alcançar a persuasão.

Deve-se considerar, também, que a efetiva adesão ao que é dito está sujeita à influência das emoções, ou paixões. Reale (2001, p. 195) define *paixão* como uma “perturbação da alma”, algo que, por ser ligado ao “corpo ou à parte da alma mais próxima da animalidade”, deve ser mantido sob controle. Para Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005, p. 6), as paixões são decisivas na persuasão, pois permitem atingir o objetivo maior da retórica, a “adesão dos espíritos”. Segundo Aristóteles (*Retórica*, II, 1378a20), as paixões são as “causas das mudanças nos nossos julgamentos”, influenciando diretamente na forma como o auditório julga os fatos contidos em um discurso, seja ele oral ou escrito. Aquele que conhece as paixões consegue “classificar os homens” e escolher o melhor caminho para os conduzir às ideias que julga serem corretas (MEYER, 2003, p. XXXVIII).

Sempre que possível, a análise retórica deve considerar esse componente dos discursos, como se pode ver no trabalho de Souza-Barbieri, publicado nesta coletânea, que examina as crônicas de Cecília Meireles utilizando como recurso metodológico as paixões

⁶ HÜTTENBERGER, 1992.

teorizadas por Aristóteles na *Retórica*. Não se pode perder de vista esse componente na análise das narrativas memorialísticas, pois, sendo construções do memorialista acerca de seus próprios atos e ideias, é esperado que elas sejam sempre permeadas por elementos subjetivos em que se expressam as paixões do orador em relação a si mesmo e aos episódios em que tomou parte.

Considerações finais

Diante do valor atribuído pelos historiadores às narrativas memorialísticas e considerando as dificuldades inerentes ao uso desse recurso como fonte em pesquisas de natureza historiográfica, este trabalho buscou situar a análise retórica no rol das metodologias que valorizam as memórias e, ao mesmo tempo, tomam os devidos cuidados para não incorrer nos problemas levantados pela literatura especializada.

O intuito destas páginas foi oferecer novos elementos que contribuam para aperfeiçoar as investigações que valorizam as autobiografias como fonte de informação relevante sobre o passado e, também, ampliar o campo de estudos da própria retórica, ampliando sua abrangência em direção a um tipo de discurso que ainda não foi abrangido pelos estudos do Grupo de Pesquisa *Retórica e Argumentação na Pedagogia*, no interior do qual este trabalho foi realizado.

A defesa da validade da análise retórica na investigação de narrativas memorialísticas foi feita, aqui, considerando os aspectos teóricos dessa metodologia. Caberá aos pesquisadores aplicar essa teoria, focalizando casos empíricos, particularmente no campo da educação, para que os princípios expostos neste trabalho sejam verificados quanto à sua utilidade. Até então, o que se apresenta é uma possibilidade, uma abertura para novos trabalhos, sem a pretensão de afirmar que a retórica seja a solução para todos os problemas da pesquisa historiográfica com autobiografias.

Referências

ARISTÓTELES. *Retórica*. Tradução de Edson Bini. São Paulo: EDIPRO, 2011.

ALBERT, Jean-Pierre. Etre soi: écritures ordinaires de l'identité. In: CHAUDRON, Martine; SINGLY, François de (Org.). *Identité, lecture, écriture*. Paris: Centre Georges Pompinou, Bibliothèque Publique d'Information, 1993.

ALBERTI, Verena. *Ouvir e contar textos em história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta Moraes. *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

BENJAMIN, Walter. *Obras escolhidas: magia e técnica, arte e política*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BERTI, Enrico. *As razões de Aristóteles*. Tradução Davi Dion Macedo. São Paulo: Loyola, 1998.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Moraes Marieta (Org.). *Usos e abusos da história oral*. 8. ed., Rio de Janeiro: FGV, 2006.

CHAUI, Marilena. *Convite à filosofia*. São Paulo: Ática, 1995.

CHESNEAUX, Jean. *Devemos fazer tabula rasa do passado?: sobre a história e os historiadores*. Tradução de Marcos da Silva. São Paulo: Ática, 1995.

CUNHA, Marcus Vinicius. Recontextualização e retórica na análise de discursos pedagógicos. In: SOUZA, Rosa Fátima; VALDEMARIN, Vera Teresa (Org.). *A cultura escolar em debate: questões conceituais, metodológicas e desafios para a pesquisa*. Campinas: Autores Associados, 2005.

_____. O conhecimento e a formação humana no pensamento de Aristóteles. In: PAGNI, Pedro Angelo; SILVA, Divino José (Org.). *Introdução à filosofia da educação: temas contemporâneos e história*. São Paulo: Avercamp, 2007.

_____. História da educação e retórica: *ethos* e *pathos* como meios de prova. In: SILVA, Marilda; VALDEMARIN, Vera Teresa (Org.). *Pesquisa em educação: métodos e modos de fazer*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *História oral: memória, tempo, identidades*. 2. ed., Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

FERREIRA, Marieta Moraes. História do tempo presente: desafios. *Cultura Vozes*, Petrópolis, v. 94, n. 3, p. 111-124, 2000.

FRANK, Robert. La mémoire et l'histoire. In: VOLDMAN, Danièle. (Org.). *La bouche de la vérité? La recherche historique et les sources orales*. Cahiers de l'HTP, 1992. p. 65-72.

FRANÇOIS, Etienne. A fecundidade da história oral. Tradução Luis Alberto Monjardim, Maria Lúcia Leão Velloso de Magalhães, Glória Rodriguez, Maria Carlota C. Gomes. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Moraes Marieta (Org.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

GINZBURG, Carlo. *Relações de força: histórica, retórica, prova*. Tradução de Jônatas Batista Neto. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GROSSI, Yonne; FERREIRA, Amauri. Razão narrativa: significado e memória. *Revista História Oral*, ABHO, São Paulo, v. 4, p. 25-38, Jun. 2001.

GUARINELLO, Norberto Luiz. Memória coletiva e história científica. *Revista Brasileira de História* (ANPUH), São Paulo, v. 14, n. 28, p. 180-193, 1994.

HÜTTENBERGER, Peter. Überlegungen zur Theorie der Quellen. In: RUSINEK, Bern-A; ACKERMANN, Volker; ENGELBRECHT, Jörg (Org.). *Einführung in die Interpretation historischer Quellen*. Schwerpunkt: Neuzeit. Paderborn, Ferdinand Schöningh, 1992.

KHOURY, Yara Aun. Muitas histórias, outras memórias: cultura e o sujeito na história. In: FENELON, Déa. *Muitas memórias, outras histórias*. São Paulo: Olho D'Água, 2000.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Tradução de Irene Ferreira, Bernardo Leitão, Suzana Ferreira Borges. 5. ed. Campinas: UNICAMP, 2003.

LEVI, Giovanni. Usos da biografia. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta Moraes (Org.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

LORIGA, Sabina. A biografia como problema. In: REVEL, Jacques (Org.). *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

MAIA, Andréa Casanova; ARRUDA, Rogério. *Nos trilhos do tempo: memória da ferrovia em Pedro Leopoldo*. Belo Horizonte: Maza, 2003.

MEYER, Michel. Aristóteles ou a retórica das paixões. In: ARISTÓTELES. *Retórica das paixões*. 2. ed., Tradução de Isis Borges B. da Fonseca. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

MOMIGLIANO, Arnaldo. *Lo Sviluppo della biografia greca*. Torino, 1974.

MOMIGLIANO, Arnaldo. Storicismo rivisitato. In: _____. *Fondamenti della storicismo antica*. Torino, 1984.

NUNES, Clarice. As contribuições da sociologia da educação para a pesquisa histórica. In: PAIXÃO, Lea Pinheiro; ZAGO, Nadir. (Org.). *Sociologia da educação: pesquisa e realidade brasileira*. 2. ed., Petrópolis: 2011.

PERELMAN, Chaïm; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. *Tratado da argumentação: a nova retórica*. Tradução de Maria Ermantina de Almeida Prado Galvão. 2. ed., São Paulo: Martins Fontes, 2005.

PINTO, Pimentel Júlio. *Uma memória do mundo: ficção, memória e história em Jorge Luís Borges*. São Paulo: Estação Liberdade, 1998.

POULET, Georges. *O espaço proustiano*. Tradução de Ana Luiza Borralho Martins Costa. Rio de Janeiro: Imago, 1992.

REALE Giovanni. *História da filosofia antiga*. V. 5: Léxico, índices, bibliografia. 2. ed., Tradução de Henrique C. de Lima Vaz e Marcelo Perine. São Paulo: Loyola, 2001.

_____. *História da filosofia antiga*. V. 2: Platão e Aristóteles. 2. ed., Tradução Henrique C. de Lima Vaz e Marcelo Perine. São Paulo: Loyola, 2002.

RICOUER, Paul. *Tempo e narrativa*. Tomo III. Tradução Roberto Leal Ferreira. Campinas: Papyrus, 1997.

ROBBE-GRILET, Alain. *Le miroir qui revient*. Paris: Minuit, 1984.

SOUSA, Cynthia Pereira. A evocação da entrada na escola: Relatos autobiográficos de professores e professoras. In: BUENO, Belmira Oliveira; CATANI, Denice Barbara; SOUSA, Cynthia Pereira de (Org.). *A vida e o ofício dos professores: formação contínua, autobiografia e pesquisa em colaboração*. São Paulo: Escrituras, 1998.

THOMSON, Alistair; FRISCH, Michael; HAMILTON, Paula. Os debates sobre memória e história: alguns aspectos internacionais. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta Moraes (Orgs.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

TOULMIN, Stephen. *Os usos do argumento*. Tradução de Reinaldo Guarany. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

Data de registro: 31/10/2015

Data de aceite: 23/03/2016